

LINGUAGEM INCLUSIVA E COMUNICAÇÃO NÃO SEXISTA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

INCLUSIVE LANGUAGE AND NON-SEXIST COMMUNICATION AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF SERGIPE

Verônica de Barros Santos (UFS)¹
Raquel Meister Ko. Freitag (UFS)²
Raquel do Nascimento (UFS)³
Elizabeth Santos Silva (UFS)⁴
Túlio Sousa de Gois (UFS)⁵

Resumo: As mudanças na linguagem com o objetivo de tornar a comunicação menos sexista são parte de uma pauta social pela igualdade de gênero. A discussão vem ganhando destaque nas redes sociais, na comunicação informal e formal, inclusive em textos oficiais elaborados por instituições governamentais. Este estudo tem como objetivo identificar as ocorrências de expressões de linguagem inclusiva de gênero em documentos elaborados pela Universidade Federal de Sergipe no âmbito dos Conselhos Superiores, entre os anos 2017 e 2022. Foi realizada a análise da expressão variável do gênero dos referentes nominais relativos a pessoas em *corpus* constituído por projetos pedagógicos de cursos de graduação e por resoluções da UFS. A análise usou linguagem de programação *Python* com bibliotecas para busca de padrões em texto e geração de um conjunto de dados das ocorrências de referência a entidades. Os resultados mostram que existem poucas ocorrências de expressões que denotam uma linguagem inclusiva de gênero e que estas aumentaram nos últimos anos, período em que mulheres assumiram postos na alta administração da UFS. Estes resultados corroboram que as mudanças sociais – a presença de mulheres em espaços dominados pelos homens – atuam na igualdade de gênero, por exemplo, na tentativa de estabelecer uma comunicação mais inclusiva.

Palavras-chaves: Linguagem inclusiva. Igualdade de gênero. Cultura institucional.

Abstract: Changes in language with the aim of making communication less sexist is a social agenda for gender equality. The discussion has been gaining prominence in social networks, in informal and formal communication, including in texts prepared by government institutions. This study aims to identify the occurrences of gender-inclusive language expressions in documents prepared by the Federal University of Sergipe within the scope of Superior Councils, between the years 2017 and

¹ Doutora em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: veronica.barros@academico.ufs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5606-7779>

² Doutora em Linguística, Professora do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil. Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: rkofreitag@academico.ufs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4972-4320>

³ Graduanda em Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil. Bolsista COPES/UFS edital 09/2022. E-mail: raquelns@academico.ufs.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-2011-4360>

⁴ Graduanda em Letras-Português, Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil. Bolsista do Programa Residência Pedagógica (CAPES). E-mail: elizabethsantossilva@academico.ufs.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-3574-0032>

⁵ Graduando em Engenharia de Computação, Departamento de Computação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil. Bolsista de Iniciação Tecnológica CNPq. Email: tuliosg@academico.ufs.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5270-8033>

2022. An analysis of the variable expression of gender of the nominal referents related to people in a corpus made up of pedagogical projects from undergraduate courses and UFS resolutions. The analysis started with the use of the Python programming language, making use of some of the libraries available to search for patterns in text and generate a spreadsheet of occurrences. The results show that there are few occurrences of expressions that denote gender-inclusive language and that these have increased in recent years, a period in which women assumed positions in the senior administration of UFS. This indicates that social changes (the presence of women in spaces dominated by men) influence gender equality, for example, in an attempt to establish more inclusive communication.

Keywords: Inclusive language. Gender equality. Institutional culture.

Introdução⁶

As reivindicações pela igualdade de gênero já são bastante conhecidas na sociedade e no meio acadêmico e, com o passar dos anos, foram diversificadas em termos de objetivos e enfoques. A linguagem inclusiva de gênero é uma demanda ativista e social de grupos que não se sentem representados pelo uso do masculino genérico e nem pelo binarismo masculino e feminino para nomear pessoas. Além disso, a substituição de expressões sexistas que depreciam pessoas em razão do seu gênero ou sexualidade, também pode ser entendida como linguagem inclusiva de gênero. Nessa direção, alguns termos são substituídos ou caem em desuso, como “mulher separada”, “homossexualismo”, dentre outros.

Essa não é uma discussão recente, pois propostas de inclusão do feminino em cumprimentos, saudações, títulos, profissões e outras formas de comunicação são demandas dos movimentos feministas no Brasil e em outras partes do mundo já no século passado. Essa demanda, assim como outras dos movimentos de mulheres e movimentos de diversidade sexual e de gênero, foram se institucionalizando, e um dos primeiros marcos no Brasil foi a Lei 2.749/1956, que expressa a possibilidade do uso dos nomes designativos das funções públicas.

Além do espaço dos movimentos sociais, o ativismo por igualdade de gênero no campo da linguagem também se expressa na produção científica, com o desenvolvimento de estudos que buscam compreender e explicar o fenômeno da variação do gênero gramatical na língua e as suas correspondências e consequências na sociedade. Esses estudos datam das décadas de 1970 (CAMARA JR, 1970; MARTIN, 1975; LYONS, 1979) e tem como enfoque a função dos gêneros gramaticais, seguindo como tema de interesse de estudos de linguagem nos anos 1980, 1990 (LEITÃO, 1981; SHAKTINI, 1985; COULTHARD, 1991; SILVERSTEIN, 1998) e ganhando mais destaque acadêmico nos anos 2000, com abordagens que analisam as desigualdades de gênero expressas na linguagem e novas formas de comunicação inclusiva (CARVALHO, 2021; LIVIA, 2001; BORBA; OSTERMANN, 2008; FREITAG, 2015, 2022; PINHEIRO; FREITAG, 2020).

Com o advento das redes sociais e a diversificação das formas de comunicação via *internet*, as tentativas de se adotar uma linguagem inclusiva de gênero se popularizaram e expressões de cumprimentos como “boa noite a todas, todos e todes”, tornaram-se comuns para alguns grupos. Mas, se por um lado essa atitude é vista como inclusiva e progressista, por outro lado, há quem advogue pela “conservação e pureza da língua”, considerando tais atitudes como modismos que ameaçam a essência de determinado idioma (BARBOSA FILHO, 2022).

⁶O texto é resultado do projeto Linguagem Inclusiva e Comunicação não Sexista na Universidade Federal de Sergipe, coordenado por Raquel Meister Ko. Freitag e Verônica de Barros Santos, financiado pelo edital temático nº 09/2022 COPES/POSGRAP/UFS – Representatividade Feminina no Ambiente Acadêmico.

Algumas formas de expressão da linguagem inclusiva de gênero apresentam a utilização do artigo feminino ou a flexão do feminino entre parênteses ou separado por barra: o(a) residente, aluno(a), aprovado/a. Outra forma consiste em duplicar os termos de nomeação a pessoas: “todos” e “todas”; “os residentes” e “as residentes”, “aqueles estudantes” e “aquelas estudantes”, “os aprovados” e “as aprovadas”. A forma duplicada é reconhecida como alternativa ao uso do masculino genérico, acrescentando-se o feminino. Contudo, essa forma de expressão de linguagem inclusiva de gênero vai de encontro a uma perspectiva de economia linguística, uma vez que a duplicação de todos os termos em um texto mais longo pode dificultar a leitura e compreensão, tornando o processamento mental complexo, demandando articulações mais exigentes ou incorrendo em redundâncias (MEDEIROS, 2013).

A forma duplicada também representa um problema para alguns grupos da comunidade LGBTQIAPN+⁷ que não se sentem representados por esta forma, uma vez que confirma o binarismo de masculino e feminino e reforça o fenômeno da intolerância em relação à comunidade. Além das terminologias binárias não representar toda a comunidade, por sua vez, passam ao público a construção de determinadas formas linguísticas específicas ignorando que, a identidade de gênero não é fixa e nem binária (BUTLER, 2013). Nesse sentido, a comunidade LGBTQIAPN+ busca inserir a diversidade de gênero na sigla como forma de afirmação por meio da nomeação, comunicação e linguagem. Por exemplo, Lanz (2014) inclui a construção “travestis, transexuais e transgêneros” na sigla LGBTQIAPN+ e a possibilidade da definição de “pessoas trans” como forma inclusiva.

É nessa pauta que emerge a chamada “linguagem neutra”, que propõe alteração de grafia das palavras, de forma a não marcar o gênero, por exemplo: “todxs” e “tod@s”, ou, ampliação da função de marcas já existentes, como: “amigo”, “amiga” e “amigue”, ainda, alteração na base de pronomes, substantivos e adjetivos: “ile”, “delo”, “aquile”, “menine”, “bonite” (SCHWINDT, 2020). Para os que advogam por uma linguagem neutra de gênero com esse estilo, a possibilidade de não marcação do gênero serve tanto para as situações que a identificação de sexo ou de gênero não é importante, quanto para identificar as pessoas não binárias.

Entretanto, ainda de acordo com Schwindt (2020), esse estilo apresenta algumas dificuldades na língua falada e escrita, pois insere no léxico palavras que ainda não existem, de difícil pronúncia, inviabilizando o exercício da fala, da escrita e da leitura para pessoas com déficit de atenção, neurodivergências e com outras especificidades que os tornam dependentes do auxílio de outrem. Além disso, as tentativas de adaptação esbarram nos limites da própria estrutura da língua portuguesa, o que torna a comunicação de difícil compreensão para quem não está inserido em grupos que conhecem essas formas.

Existem outros estilos adotados por quem defende a linguagem inclusiva, mas sem alteração na grafia dos termos e sem recair na forma binária. Podemos encontrar exemplo deste estilo no “Manual para uso não sexista da linguagem”, elaborado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 2014, que orienta a “revisão” da linguagem internalizada na administração e apresenta possibilidades de construções inclusivas da linguagem com o objetivo de promover “a transição para um outro modelo de tratamento linguístico, com maior visibilidade das mulheres e onde o uso do masculino não continue a legitimar a ideia já ultrapassada de superioridade de sexo” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 9).

⁷ “A sigla – que nada mais é do que um acrônimo que reúne diversas identidades e expressões sexuais e de gêneros dissidentes – é dinâmica, contextual e convencionada pelo uso” (AGÊNCIA DIADORIM, 2023). Neste estudo, usamos a sigla LGBTQIAPN+ para destacar as pessoas não binárias, representadas pela letra “N”, uma vez que as discussões sobre linguagem neutra e linguagem inclusiva de gênero ganham mais importância nas reivindicações pelo reconhecimento de pessoas não binárias. Disponível em: <https://adiadorim.org/opiniao/2023/03/todas-as-letras-diadorim-passa-a-usar-sigla-lgbtqia-em-textos-da-agencia/>.

Uma das formas propostas pelo Manual é a substituição dos substantivos por termos que denotem um conjunto de sujeitos, grupos ou coletividade que não marque gênero. Por exemplo: em vez de usar o termo “os meninos”, usar o termo “as crianças” ou “a infância”. Da mesma forma, em vez de “os homens”, usar “a população” ou “o povo”; em vez de “os cidadãos”, usar “a cidadania”; em vez de “os filhos”, usar “a descendência” ou “a prole”; em vez de “os trabalhadores”, usar “o pessoal”; em vez de “os professores”, usar “o professorado” ou “o corpo docente”; em vez de “os eleitores”, usar “o eleitorado”; em vez de “os jovens”, usar “a juventude”; em vez de “os homens”, usar “a humanidade”, entre diversas outras opções de construções impessoais e não sexistas. Os substantivos também podem ser substituídos pela ação, por exemplo: “o requerente”, pode ser substituído por “a pessoa requisitante” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Outro exemplo de iniciativa do setor público brasileiro para a implantação de uma linguagem não sexista é do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que apresentou, no ano de 2021, o “Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social”. A medida visa atender à Resolução nº 376/2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou demais designações na comunicação social e institucional do Poder Judiciário nacional (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2021).

Como destacamos, essa discussão e as tentativas de promoção da linguagem inclusiva de gênero não são recentes. Em 1996, a UNESCO publicou o livro “Redação sem discriminação: pequeno guia vocabular com dicas para evitar as armadilhas do sexismo na linguagem corrente”, com tradução nos idiomas português, espanhol e inglês. Iniciativas desse tipo, ou seja, elaboração de manuais, cartilhas, guias de redação e também de normas jurídicas e administrativas que orientam e incentivam a adoção da linguagem inclusiva de gênero acontecem em diversos países há algumas décadas, portanto, essa não é uma questão nova.

Como retrospectiva Freitag (2022), uma das primeiras iniciativas que marcam um período de institucionalização da linguagem inclusiva de gênero no Brasil foi o PL 4.610/2001 da Deputada Iara Bernardi do Partido dos Trabalhadores de São Paulo. O projeto traz o uso do masculino genérico como uma questão problemática, indica que os vocábulos de gênero masculino devem ser usados apenas para homens e exige que toda referência à mulher deve ser feita expressamente utilizando-se vocábulos de gênero feminino. Esse PL foi tramitado em todas as instâncias exigidas, mas nunca foi colocado em votação.

Do mesmo modo, outros dois projetos que tratam da mesma matéria foram apresentados à Câmara, o PL 6.653/2009, da Deputada Alice Portugal (PCdoB) e o PL 3.756/2015 da Deputada Federal Ângela Albino (PCdoB). Além das resistências a esses projetos na casa parlamentar, as propostas suscitaram uma série de contrapropostas.

Uma das iniciativas de linguagem inclusivas concretizada enquanto política linguística foi a Lei 12.605, de 03 de abril de 2012, que determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas em instituição pública e particular de ensino, promovida pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM) e pelo Ministério da Educação (MEC), no governo da Presidenta Dilma Rousseff. Por se tratar de uma iniciativa do Executivo Federal, a perspectiva era que outras ações de incentivo à linguagem inclusiva de gênero surgissem em outras esferas da administração pública. No entanto, essas iniciativas são isoladas e dependem do interesse individual das gestões.

É importante salientar que a falta de disposição governamental por diretrizes gerais possibilita que uma série de iniciativas de “contramovimentos” a políticas de igualdade de gênero invistam na criminalização das ações que visam essa inclusão por meio da linguagem e por outros meios. Por exemplo, atualmente, no Brasil, há uma movimentação contra o uso da linguagem

neutra, vindo sobretudo da direita conservadora do país, que alega que tal linguagem é parte da chamada “ideologia de gênero”⁸.

Um dos projetos reativo à linguagem inclusiva de gênero é o PL 5.248/20 em tramitação na Câmara dos Deputados. O projeto visa proibir a linguagem neutra na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas na educação básica e superior. Veda, ainda, a linguagem neutra em documentos oficiais dos entes federados, em editais de concursos públicos, ações culturais, esportivas, sociais ou publicitárias financiadas com verba pública.

O movimento de combate à linguagem inclusiva de gênero se intensificou entre os anos 2016 e 2021, período em que surgiram leis e projetos de lei também em nível municipal e estadual. A maioria tem como enfoque a criminalização e proibição do uso da linguagem neutra em escolas, no serviço público, em editais de concurso e outros atos administrativos. Segundo a Agência Diadorim⁹, existem 34 projetos de leis em 19 estados brasileiros visando proibir a variação na norma gramatical para além do masculino e feminino. Além desses projetos já existem três leis em vigor que proíbem a linguagem neutra: as leis 5.123/21, de Rondônia, 5.820/21, do Mato Grosso do Sul e 9.077/21 de Joinville/SC.

Barbosa Filho (2022) mostra em seu estudo sobre Projetos de Lei Contrários à Linguagem Neutra no Brasil que o “contramovimento” se intensificou nos últimos anos. Esse período compreende o governo de Bolsonaro, claramente contrário a essa forma de linguagem. O que se percebe nas narrativas contrárias é uma grande confusão e propagação de ideias equivocadas sobre o que vem a ser “linguagem inclusiva” e “linguagem neutra”, e qualquer iniciativa de combate ao sexismo através da linguagem. Essas concepções estão fundamentadas na “guerra contra a ideologia de gênero” (SANTOS, 2022), que, por ser uma guerra, impossibilita o diálogo e a reflexão sobre as propostas, condenando toda e qualquer iniciativa.

Tendo em vista o desconhecimento propagado nas manifestações de desapareço pela linguagem inclusiva e pela chamada linguagem neutra, é importante delimitar de maneira mais precisa essas perspectivas e a compreensão destas como sinônimas, e declaramos, também, a proposta que acreditamos melhor atender às demandas atuais.

A linguagem inclusiva de gênero trata da possibilidade do uso de uma linguagem não sexista, isto é, a adoção de formas de comunicação que não promova a discriminação de alguém em razão do sexo ou do gênero. Nesse sentido, uma linguagem inclusiva de gênero busca incluir pessoas que se identificam com o gênero masculino, o gênero feminino e aquelas que não se identificam com nenhum dos gêneros. Em termos gerais, uma linguagem inclusiva de gênero abrange as perspectivas do “todos”, “todas” e “todes”, ou seja, a marcação binária e a não binária. Como já explicamos neste texto, a linguagem neutra, por sua vez, é a perspectiva de mudanças dos referentes à pessoa, de forma a não marcar os gêneros masculino e feminino, salientando assim, a possibilidade do não binário (SCHWINDT, 2020).

Neste trabalho e em nossas pesquisas decidimos usar a linguagem inclusiva de gênero por duas razões: 1) porque consideramos que o apagamento do gênero masculino e do feminino em detrimento do não binário proposto pela linguagem neutra também promove exclusão, pois consideramos que todas as pessoas devem ser chamadas pela forma que elas melhor se identificam; e 2) não consideramos a neutralidade da língua, pois a língua e a linguagem expressam posições, temporalidades, ideologias, crenças, valores. Portanto, “não existe neutralidade de gênero quando

⁸ A ideologia de gênero não é um conceito, trata-se “de um dispositivo que, intrigantemente, recorre à concepção marxista de ideologia para acusar a teoria feminista do gênero de falsificação. Ou seja, os inventores desse truque afirmam que o conceito de gênero é um engodo porque clama pela igualdade entre homens e mulheres para borrar a diferença sexual ‘natural’, concebida como dimensão ontológica e imutável do humano. O dispositivo também faz supor que, as teóricas e ativistas do gênero e quem mais recorre ao conceito simplesmente propagam ideologia, enquanto quem o critica estaria totalmente isento de vieses ideológicos” (CORRÊA, 2021, p. 20).

⁹ Acessar matéria disponível em: <https://adiadorim.org/reportagens/2021/12/brasil-tem-34-projetos-de-lei-estadual-para-impedir-uso-da-linguagem-neutra/>.

em referência a pessoa. As pessoas têm identidade, expressão e orientação quanto ao seu gênero, seja em perspectiva binária ou não binária, e são categorizadas por isso. (FREITAG, 2022, p. 58). Nesse sentido, o termo “linguagem neutra” vai de encontro até mesmo à própria ideia de que a língua expressa sexismo e preconceitos.

Apesar do “contramovimento” à linguagem inclusiva de gênero, sinalizações na comunicação oficial da nova Presidência da República, no início de 2023, apontam para um contexto menos hostil às propostas. Durante a posse de algumas lideranças ministeriais do novo Governo, a linguagem inclusiva de gênero apareceu ao menos em sete discursos. No discurso de posse do Presidente Lula e Vice-presidente Geraldo Alckmin, o Ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, cumprimentou o público proferindo o “boa tarde a todas, a todos e a todes”.

Posteriormente, as mesmas saudações foram usadas na posse das Ministra da Cultura, da Ministra da Mulher, da Ministra da Igualdade Racial, do Ministro da Fazenda, do Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, do Secretário-Geral da Presidência da República e do Secretário das Relações Institucionais da Presidência da República. Recentemente, a Ministra da Saúde também passou a adotar “todas”, “todos” e “todes”.

O fato de o novo governo e seus membros assumirem a linguagem inclusiva de gênero transmite um sentido político forte, uma vez que passa a mensagem de respeito e reconhecimento à diversidade sexual e de gênero, um dos compromissos frequentemente mencionado no período de campanha. Em consequência desse movimento é esperado que as discussões de apreço e despreço à linguagem inclusiva de gênero estejam nos próximos anos no radar social e político. Diante disso, é fundamental o desenvolvimento de pesquisas e discussões acadêmicas sobre a temática no sentido de exercer o papel de esclarecimento e formação da sociedade em temas sociais emergentes.

Em 10 de fevereiro deste ano (2023), o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional a lei rondoniense (5.123/21) que proibia a linguagem neutra, em proteção à competência da União para legislar sobre Língua Portuguesa. Esta decisão sinaliza um contexto mais favorável aos debates sobre linguagem inclusiva de gênero e linguagem neutra.

Promover a linguagem inclusiva e a comunicação não sexista contribui para a construção de uma cultura institucional e social mais democrática e inclusiva. Visando contribuir para implementação da linguagem inclusiva e da comunicação não sexista na Universidade Federal de Sergipe, neste texto apresentamos os resultados de uma investigação cujo objetivo é identificar os padrões de referência a pessoas em regimentos de cursos de graduação da UFS, especificamente, os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), e das resoluções do Conselho Superior (CONSU) e Conselho Superior do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (CONEPE) que foram elaborados ou alterados nos últimos cinco anos.

1 Procedimentos metodológicos

A primeira fase dedicou-se ao levantamento e a análise dos Projetos Pedagógicos de Curso de graduação e dos documentos (resoluções) elaboradas pelo CONSU e CONEPE, entre os anos 2017 e 2022, com o objetivo de identificar o padrão de expressão ao gênero utilizado em documentos oficiais da instituição.

Foi realizada a análise da expressão variável do gênero em referentes nominais relativos a pessoas em um *corpus* constituído pelos Projetos Pedagógicos de Curso de graduação e pelas resoluções elaboradas e aprovadas pelo Conselho Superior e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, entre os anos de 2017 e 2022. Os referidos documentos são públicos, mas estão armazenados no repositório institucional e para acessar e fazer a extração dos dados solicitamos permissão à Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da UFS. Os textos foram

disponibilizados em arquivo *.csv e foram submetidos a procedimentos de *datamining* para identificação dos padrões.

No levantamento documental foi identificado um conjunto muito variado de temas, por exemplo, resoluções de formação de colegiados de curso, afastamentos de servidores, promoções de carreira, alterações em regime de trabalho de servidores, etc. Nesse sentido, criou-se uma regra de seleção que extrai informações da primeira parte textual do documento que informa o assunto, possibilitando a exclusão de documentos com sentenças curtas e simples que dificilmente trariam referentes a pessoas.

Observamos que os documentos que estavam direcionados a um determinado servidor ou servidora (expresso pelo nome completo) os referentes a pessoa, em alguns casos, estavam flexionados ao gênero pressuposto, se homem, masculino e se mulher, no feminino. Mas esta não era a regra; documentos que tratavam, por exemplo, de nomeação de uma servidora para o cargo de coordenadora, diretora e pró-reitora, muitas vezes traziam no assunto inicial o referente no masculino, por exemplo: “Esta resolução nomeia Coordenador”, ainda que tratasse somente da nomeação de uma coordenadora. Diante disso, além da análise por meio da linguagem de programação *Python*, também realizamos uma análise manual, por meio da leitura e destaque de fenômenos que não tinham possibilidade de serem extraídos pela linguagem de programação em computador.

Fizemos uma leitura dos índices dos documentos e selecionamos os tipos que possuem um volume satisfatório à análise de dados de texto e de expressões. Encontramos no repositório institucional 86 PPC (todos foram utilizados para análise) e 246 resoluções do CONEPE e 176 resoluções do CONSU. Deste conjunto, foram disponibilizados pela Superintendência de Tecnologia da Informação da UFS 231 resoluções CONEPE e 175 resoluções CONSU, em acordo com o que prevê a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais¹⁰.

A análise partiu da utilização da linguagem de programação *Python* como principal ferramenta, fazendo o uso também de algumas das bibliotecas disponíveis para esta. Inicialmente, os arquivos disponibilizados pelo STI foram manipulados através da biblioteca *pandas* (MCKINNEY et al, 2010, p. 51-56) para a organização dos dados, a fim de filtrar apenas o conteúdo de interesse, nesse caso, os números das resoluções, as unidades responsáveis e os textos dos informativos. Em sequência, foi utilizada uma das técnicas de processamento de linguagem natural (PLN), a *rule-based matching* (em português: correspondência baseada em regras), que permite a busca de padrões em texto por meio de regras preestabelecidas.

Através das bibliotecas *spaCy* (HONNIBAL; MONTANI, 2017, p. 411-420) e *re* (expressões regulares), foram estabelecidas as regras de busca visando a extração de partes do texto contendo os gêneros feminino e masculino, e também para as ocorrências de tentativa de adoção da linguagem inclusiva utilizando os parênteses: “alunos(as)” e barra: aluno/a e termos duplicados. Finalizadas as buscas, foi gerado um conjunto de dados contendo as ocorrências encontradas, as suas respectivas classificações, o número da resolução em que foram encontradas e o contexto linguístico das ocorrências (cinco palavras antes da ocorrência e cinco palavras depois).

2 Resultados e discussões

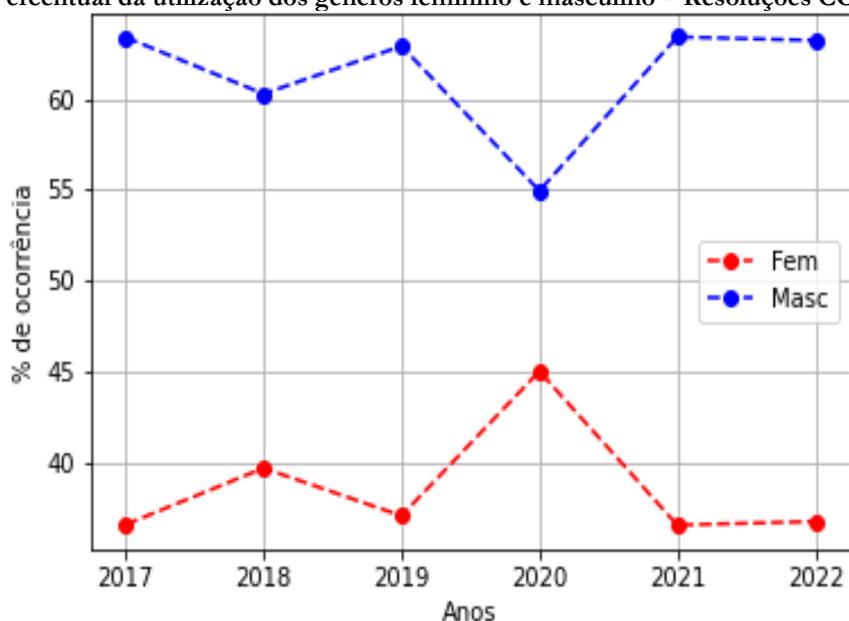
A análise dos documentos foi realizada em duas partes: primeiramente os Projetos Pedagógicos de Cursos e depois as Resoluções CONSU e CONEPE, estas agrupadas. Para visualização dos dados do PPC foram geradas nuvens de palavras para identificar a disposição dos

¹⁰ A Lei 13.708/2018, dispõe sobre “o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural” (BRASIL, 2018). A Lei apresenta, ainda, diretrizes de segurança para coleta, processamento e armazenamento de dados pessoais.

A imagem apresentada na nuvem da Figura 2 evidencia os referentes a pessoas no masculino plural, que em termos percentuais significa 83% de documentos em que é adotado o masculino genérico plural como referente à pessoa. Somente 15 dos 86 documentos analisados apresentam tentativa de adoção da linguagem inclusiva através da utilização de parênteses. Esse número representa aproximadamente 17% do total.

Em relação aos dados extraídos das resoluções CONSU e CONEPE, o processamento dos dados gerou visualizações nos formatos gráficos e nuvens de palavras dos padrões encontrados. As imagens foram construídas através das bibliotecas *matplotlib* (HUNTER, 2007, p. 90-95) e *wordcloud* (OESPER, 2011, p. 1-4). Das 175 resoluções do CONSU, foi calculada a média percentual de utilização dos gêneros masculino e feminino nos documentos em linha temporal, como podemos ver no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Percentual da utilização dos gêneros feminino e masculino – Resoluções CONSU (2017-2022).



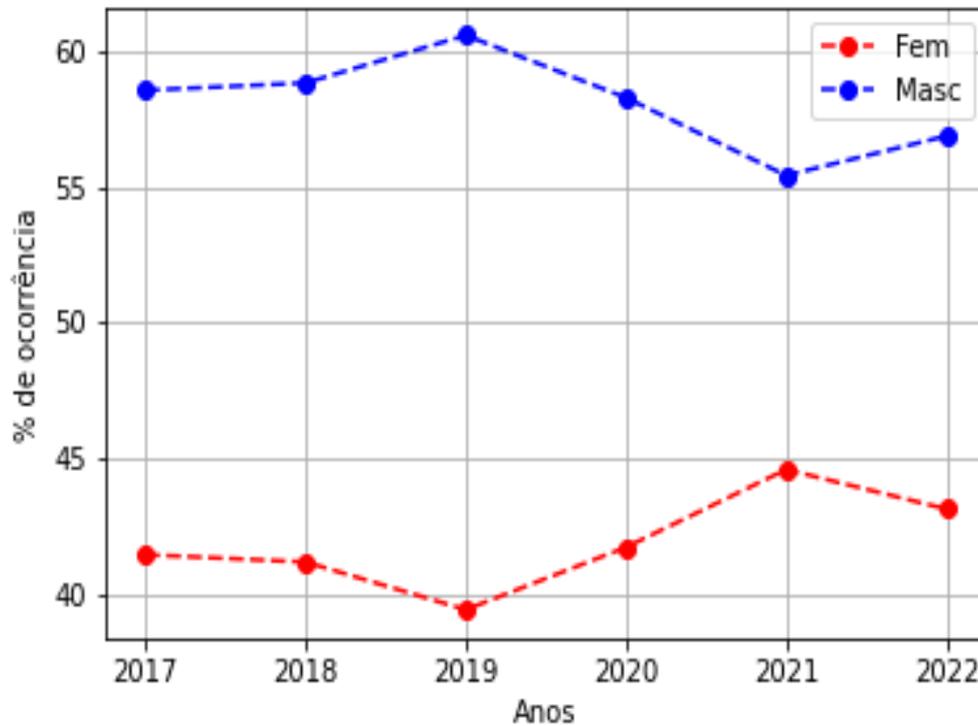
Fonte: Autoria própria (2022).

O Gráfico 1 (CONSU) evidencia que o padrão da linguagem nas redações de resoluções do CONSU é o masculino genérico, vide a linha pontilhada azul que demonstra a ocorrência dos referentes no masculino à pessoa. Em contrapartida, a linha pontilhada vermelha apresenta um percentual de referentes no feminino bem abaixo do masculino.

Podemos observar que há dois momentos de crescimento das ocorrências no feminino, em 2018 e entre os anos 2019, com um pico em 2020 e queda em 2021. Esse crescimento pode estar relacionado a um fato social inédito na UFS, a primeira vez que mulheres assumiram a vice-reitoria (de 2016 até outubro de 2019) e a reitoria *pro tempore* (de 2020 até março de 2021).

Em relação aos dados extraídos das resoluções CONEPE, o Gráfico 2 converge com a inferência de que houve uma mudança no período em que mulheres estiveram na gestão da reitoria e vice-reitoria, pois apresenta crescimento da linha pontilhada vermelha, isto é, aumento da ocorrência dos referentes no feminino no mesmo período do aumento das ocorrências do Gráfico 1 (CONSU), como podemos ver no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Percentual de utilização dos gêneros feminino e masculino – Resoluções CONEPE (2017-2022).



Fonte: Autoria própria (2022).

Assim como foi observado no CONSU, o crescimento da ocorrência dos referentes femininos no CONEPE pode estar relacionado ao mesmo fenômeno, a presença de mulheres no alto escalão da gestão universitária, alcançando crescimento da incidência do referente feminino à pessoa a partir de 2020, o pico em 2021 e leve queda em 2022.

Por fim, foi realizada uma análise no conjunto dos dados extraídos dos dois tipos de resoluções (CONSU e CONEPE) para identificar quais termos são utilizados com maior frequência na tentativa de adoção da linguagem inclusiva, e quais termos referentes a pessoas são comumente adotados. Os resultados são sistematizados em duas visualizações, em forma de nuvens de palavras. Na Figura 3, observamos a construção de formas inclusivas da linguagem:

Figura 3 – Nuvem de palavras: formas mais frequentes de tentativa da adoção da linguagem inclusiva de gênero nas resoluções CONSU e CONEPE.

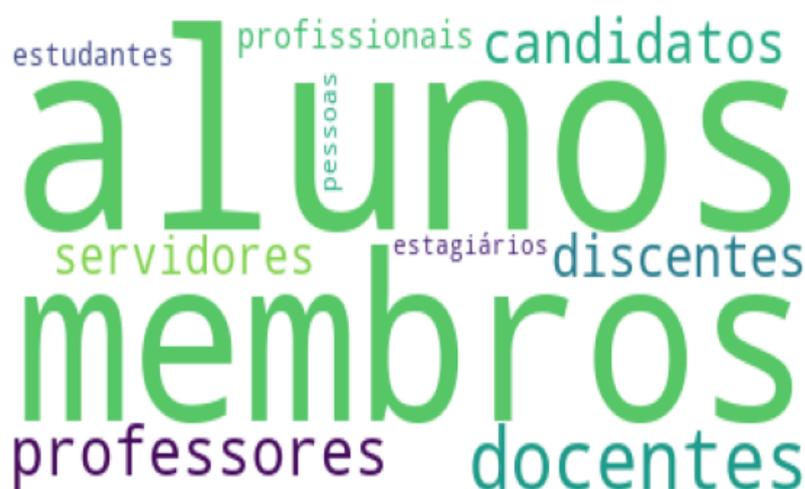


Fonte: Autoria própria (2022).

A Figura 3 reforça os resultados expressos no gráfico 2, que a presença de mulheres na vice-reitoria e na reitoria da UFS resultou no aparecimento da flexão dos substantivos vice-reitora e reitora, talvez pela primeira vez nos documentos próprios e no aumento de ocorrência do referente feminino à pessoa. Entretanto, a construção do termo aparece na forma flexionada entre parênteses “vice-reitor(a)” e “reitor(a)”. Ou seja, mesmo fazendo menção a uma dirigente mulher cisgênero, a redação parece não ter sido escrita com o objetivo de destacar a presença daquelas mulheres especificamente, pois continuou-se a utilizar o masculino com a indexação do feminino em parênteses.

A excepcionalidade se confirma ao observarmos os percentuais de expressões de inclusão de gênero, pois o padrão da redação nas resoluções do CONSU e do CONEPE também é o masculino genérico, representado na figura 4:

Figura 4 – Nuvem de palavras: termos mais frequentes nas resoluções CONSU e CONEPE.



Fonte: Autoria própria (2022).

Apesar desse intervalo de crescimento das ocorrências de referentes no feminino para nomear pessoas, o percentual do total das ocorrências nos documentos ainda é muito baixo. Nos documentos CONSU, em 8 das 175 resoluções analisadas foram encontradas ocorrências da

tentativa de adoção da linguagem inclusiva através da utilização dos parênteses, isso representa menos de 5% dos documentos. Em relação aos dados obtidos nas 231 resoluções do CONEPE, 24 continham tentativas de adoção da linguagem inclusiva utilizando os parênteses, o que representa aproximadamente 10% do total de documentos.

A análise dos dados em separado e em conjunto permitiu a identificação de instâncias e espaços em que há maior possibilidade de adoção da linguagem inclusiva de gênero, e os PPC apresentaram maior inclusão do que as resoluções CONSU e CONEPE. Seja separadamente ou em conjunto, os dados demonstraram que o padrão de linguagem de gênero utilizado nas resoluções e PPC é o masculino genérico ensejando a inclusão do masculino, do feminino e de pessoas não binárias, pois não houve nenhuma ocorrência de construção de referente não binário, por exemplo, “todes”.

Tendo em vista que o masculino genérico é o padrão utilizado como forma inclusiva, mas há um movimento de adoção de formas que busca dar visibilidade às mulheres, percebe-se a carência de orientações que padronizam a redação oficial para formas de comunicação não sexistas. Nesse sentido, propomos algumas alterações na redação como alternativa de linguagem não sexista, sistematizadas no quadro 1:

Quadro 1 – Propostas de substituição para comunicação não sexista.

Resolução	Texto original	Alteração proposta
Resolução nº 21/2015/CONEPE	“A monitoria é uma atividade didático-pedagógica vinculada aos cursos de Graduação presenciais e a distância que visa contribuir para o aperfeiçoamento do processo de formação do ‘discente’ e a melhoria da qualidade do ensino, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)”	“A monitoria é uma atividade didático-pedagógica vinculada aos cursos de Graduação presenciais e a distância que visa contribuir para o aperfeiçoamento do processo de formação do ‘corpo discente’ e a melhoria da qualidade do ensino, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)”.
Capítulo II Da Coordenação do Programa de Monitoria, no Art. 5º	“A Coordenação do Programa de Monitoria da UFS será exercida pela COPAM com a seguinte composição: ‘Diretor’ do Departamento de Licenciaturas e Bacharelados (DELIB); b) ‘Diretor’ do Departamento de Apoio Didático Pedagógico (DEAPE), e, 3 c) ‘Coordenador’ de Planejamento e Avaliação Acadêmica (COPAC) (...) ‘Chefe’ da Divisão de Métodos e Técnicas de Ensino (DIMET); b) ‘Chefe’ da Divisão de Análise de Desempenho Acadêmico (DIADE), e, c) ‘Chefe’ da Divisão de Monitoramento e Avaliação Institucional (DIAVI)”.	“A Coordenação do Programa de Monitoria da UFS será exercida pela COPAM com a seguinte composição: ‘Diretoria’ do Departamento de Licenciaturas e Bacharelados (DELIB); b) ‘Diretoria’ do Departamento de Apoio Didático Pedagógico (DEAPE), e, 3 c) ‘Coordenadoria’ de Planejamento e Avaliação Acadêmica (COPAC) (...) ‘Chefia’ da Divisão de Métodos e Técnicas de Ensino (DIMET); b) ‘Chefia’ da Divisão de Análise de Desempenho Acadêmico (DIADE), e, c) ‘Chefia’ da Divisão de Monitoramento e Avaliação Institucional (DIAVI)”.
Capítulo IV Das Vagas e Bolsas, Art. 12º, Parágrafo único	“Para atender o caput deste artigo ‘o candidato a monitor’ deverá assinar declaração, disponibilizando 12 (doze) horas semanais para as atividades de monitoria e comprometendo-se a não acumular bolsa e/ou participação em outra atividade que comprometa a realização da Monitoria, no ato da inscrição do processo seletivo.”	“Para atender o caput deste artigo ‘quem se candidatar ao programa de monitoria’ deverá assinar declaração, disponibilizando 12 (doze) horas semanais para as atividades de monitoria e comprometendo-se a não acumular bolsa e/ou participação em outra atividade que comprometa a realização da Monitoria, no ato da inscrição do processo seletivo.”

Fonte: Autoria própria (2022).

Conclusão

As pesquisas dedicadas a identificar e compreender fenômenos de exclusão por razões da sexualidade e do gênero vem ao longo dos anos desvelando as diferentes formas de manifestação em desigualdades sociais. Os resultados dessas investigações podem auxiliar um processo de reorientação das ações da sociedade civil em suas reivindicações, bem como alicerçar a tomada de decisão governamental perante os problemas públicos decorrentes desses fenômenos. Os estudos sociolinguísticos têm investigado processos de exclusão na língua e as mudanças na linguagem como estratégias de inclusão, e, nessa perspectiva, têm contribuído para maior compreensão do cenário social. Recentemente, a área das ciências sociais também tem se interessado pelo fenômeno, ofertando novas lentes para compreender tais questões. As ferramentas computacionais de *datamining*, como as que utilizamos nesta investigação, potencializam o escopo da abordagem, permitindo investigar amostras ampliadas de usos efetivos da língua e identificação de padrões.

A articulação das perspectivas é crucial para as discussões sobre linguagem neutra e linguagem inclusiva, seja compreendendo os fenômenos relacionados, seja apresentando possibilidades de intervenção como forma de contribuição social. Nesse sentido, a posição que assumimos não é a de julgamento como certo ou errado sobre as formas de linguagem, mas a de observação sobre o fenômeno linguístico e social, com o objetivo de apreender e explicar.

Quanto ao padrão de linguagem adotado nos documentos da Universidade Federal de Sergipe e as tentativas de adequação à linguagem inclusiva de gênero, os resultados mostraram que há ocorrências de construções que remetem à inclusão do gênero feminino nos referentes a pessoas. Contudo, as ocorrências são pequenas e o padrão é o uso do masculino genérico. Além disso, não foi observado nenhuma construção na perspectiva não binária ou linguagem neutra.

Estes resultados podem auxiliar na elaboração de políticas práticas, como um manual de orientação da redação oficial para promover a comunicação não sexista na instituição. Manuais de padronização não podem ser confundidos com comandos prescritivistas, pois não se trata de imposição de mudanças por meio de normativas jurídicas ou administrativas, e sim, de que uma instituição governamental, enquanto uma instância educativa, assuma a sua responsabilidade social de combater desigualdades e preconceitos aderindo às práticas mais inclusivas. Nesse sentido, impõe-se como desafio não só à UFS mas a todas as instâncias governamentais adotar uma política de conscientização, sensibilização, com novas práticas de inclusão por meio da linguagem, além de outras estratégias.

Os resultados sugerem que a instituição está atenta ao processo de adequação da linguagem na perspectiva de combate ao sexismo, uma vez que as construções inclusivas de gênero aumentaram nos últimos anos. Contudo, essas ocorrências ganham mais força quando há presença de duas mulheres (vice-reitora e reitora *pro tempore*) no alto escalão administrativo. O fato corrobora que mudanças sociais provocam mudanças na língua. Não basta apenas manuais: a cultura da igualdade de gênero no ambiente institucional é resultado da participação das mulheres e de pessoas LGBTQIAPN+ nos espaços de poder e na produção científica.

A possibilidade de intervenção na realidade, mais especificamente, na cultura organizacional da Universidade Federal de Sergipe, com o intuito de fomentar a inclusão de gênero e combater desigualdades, se dá no acúmulo de produção científica da instituição. Dessa forma, a UFS tem contribuído nesse processo com o desenvolvimento dos estudos de gênero na sociedade (NASCIMENTO, 2016; SOUZA, 2017; DIAS, 2013; SANTOS, 2022; SANTOS, 2022, PODEROSO, 2022), bem como, com a utilização de novas técnicas de análise em áreas das ciências humanas, como a sociolinguística e as ciências sociais, por meio de uso de ferramentas de *datamining* (SOUZA; CARDOSO, 2020; FREITAG; TEJADA; PINHEIRO; CARDOSO, 2021; SOUSA; SOUZA, 2022).

Agradecimentos

Este texto é resultado do projeto Linguagem Inclusiva e Comunicação não Sexista na Universidade Federal de Sergipe, coordenado por Raquel Meister Ko. Freitag e Verônica de Barros Santos, financiado pelo edital temático 09/2022 COPES/POSGRAP/UFS – Representatividade Feminina no Ambiente Acadêmico.

Referências Bibliográficas

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. Projetos de lei contrários à “linguagem neutra” no Brasil. *Linguagem “neutral”: Língua e gênero em debate*, p. 141-160, 2022.

BORBA, Rodrigo; OSTERMANN, Ana Cristina. Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, p. 409-432, 2008.

BRASIL, Presidência da República. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 02 de fev. 2023.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora José Olympio, 2018.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Editora Vozes, 1970.

CARVALHO, Danniell. *A domesticação da gramática de gênero*. Pontes, 2021.

CORRÊA, Sonia. Políticas antigênero na América Latina [livro eletrônico]. Resumos dos estudos de casos nacionais, 1ª ed. Rio de Janeiro, Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA, 2021.

COULTHARD, Malcolm. *Linguagem e sexo*. São Paulo, Editora Ática, 1991.

DIAS, Alfrancio Ferreira et al. *Relações de gênero no trabalho docente: um estudo de caso no Colégio Estadual Atheneu Sergipense*. 2013.

FIGUEIREDO, Camilla; MALVEZZI, Paulo. Brasil tem 34 projetos de lei para impedir uso da linguagem neutra. Agência Diadorim. disponível em: <https://adiadorim.org/reportagens/2021/12/brasil-tem-34-projetos-de-lei-estadual-para-impedir-uso-da-linguagem-neutra/>

FREITAG, Raquel Meister Ko; SEVERO, Cristine; GÖRSKI, Edair Maria (Org.). *Sociolinguística e política linguística: olhares contemporâneos*. São Paulo: Blucher, 2016. 264 p. PDF. ISBN 978-85-8039-146-6 (livro eletrônico). ISBN 978-85-8039-145-9 (impresso).

FREITAG, Raquel Meister Ko. "(Re)Discutindo Sexo/Gênero na Sociolinguística", p. 17-74. In: Freitag, Raquel Meister Ko.; Severo, Cristine Gorski (Org). *Mulheres, Linguagem e Poder - Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira*. São Paulo: Blucher, 2015.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Conflito de regras e dominância de gênero. In: BARBOSA FILHO, F. R.; OTHERO, G. de Á. (Org.). *Linguagem "neutra": língua e gênero em debate*. 1ed. São Paulo: Parábola, 2022, p. 53-72.

FREITAG, Raquel; TEJADA, Julian; PINHEIRO, Bruno; CARDOSO, Paloma. Função na língua, generalização e reprodutibilidade. *Revista da ABRALIN*, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 1–27, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1827>. Acesso em: 4 fev. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Manual para Uso não Sexista da Linguagem: O que bem se diz bem se entende. Rio Grande do Sul, Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2014.

HONNIBAL, Matthew; MONTANI, Ines. *spaCy 2: Natural language understanding with Bloom embeddings, convolutional neural networks and incremental parsing*. To appear, v. 7, n. 1, p. 411-420, 2017.

HUNTER, John D. Matplotlib: A 2D graphics environment. *Computing in science & engineering*, v. 9, n. 03, p. 90-95, 2007.

LEITÃO, Eliane Vasconcellos. *A mulher na língua do povo*. Rio de Janeiro, Edições Achiamé Ltda, 1981.

LIVIA, Anna. *Pronoun envy: Literary uses of linguistic gender*. Oxford University Press, USA, 2001.

LYONS, John. *Introdução à linguística teórica*. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo, Cia Ed. Nacional/EDUSP, 1979.

MARTIN, John. Gênero. *Revista Brasileira de Linguística*, v. 2, n. 1, p. 3-8, 1975.

MCKINNEY, Wes et al. Data structures for statistical computing in python. In: *Proceedings of the 9th Python in Science Conference*. 2010. p. 51-56.

MEDEIROS, Andrea Dias de. Um estudo sobre a variação linguística no Português do Brasil. 2013, 36p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras da Universidade de Brasília.

NASCIMENTO, Jaqueline dos Santos. *Relações de sexo/gênero e polidez linguística na fala de universitários de Lagarto/SE*. 2016. 109 f. Dissertação (mestrado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

OESPER, Layla et al. WordCloud: a Cytoscape plugin to create a visual semantic summary of networks. *Source code for biology and medicine*, v. 6, p. 1-4, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. Pequim, 1995.

PINHEIRO, Bruno Felipe Marques; FREITAG, Raquel Meister Ko. Estereótipos na concordância de gênero em profissões: efeitos de frequência e saliência. *Revista Linguística*, v. 16, n. 1, p. 85-107, 2020.

PODEROSO, Emília. Gênero e polícia militar: Aproximações entre a performance em Butler e os tipos psicológicos de Jung. *Coisas do gênero: revista de estudos feministas em teologia e religião*, v. 8, n. 2, p. 155-168, 2023.

SANTOS, Raiane Almeida. *Práticas de neutralização de gênero/linguagem inclusiva em enunciados do grupo PET Educação*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Português) - Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana, 2022.

SANTOS, Verônica de Barros. *Enfrentamento à violência doméstica: uma causa comum aos movimentos de mulheres*. 2022, 256f. Tese (doutorado em Sociologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

SCHWINDT, Luiz Carlos. *O prefixo no Português Brasileiro: análise morfofonológica*. 2000. 191f. 2000. Tese de Doutorado. tese (Doutorado em Letras)–Faculdade de Letras, Pontifícia universidade Católica do rio Grande do sul, Porto alegre.

SCHWINDT, Luiz Carlos da Silva. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. *Revista da ABRALIN*. [São Cristóvão, SE]. Vol. 19, n. 1 (2020), p. 1-23, 2020.

SHAKTINI, Namascar. *Les Déplacement du sujet phallique: l'écriture lesbienne de Monique Wittig*. Vlasta, v. 4, 1985.

SILVERSTEIN, Michael. Contemporary transformations of local linguistic communities. *Annual review of anthropology*, v. 27, n. 1, p. 401-426, 1998.

SOUSA, Marta Deysiane Alves Faria; CARDOSO, Paloma Batista. A sociolinguística para além das variáveis sociais: a promoção de justiça social. *Revista da ABRALIN*, p. 1-6, 2020.

SOUSA, Marta Deysiane Alves Faria; SOUZA, Victor Renê Andrade. Transcrição e anotação de dados linguísticos usando as ferramentas ELAN e LancsBox. *Domínios de Linguagem*, v. 16, n. 03, p. 1173-1202, 2022.

SOUZA, Maria Erica Santana de. *Formas de militância feminista em cenário de auto-organização e ciberativismo no Brasil contemporâneo: tendências atuais a partir do caso de Aracaju/SE*. 2017. 244f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Guia de Linguagem Inclusiva para Flexão de Gênero*. Aplicação e uso com foco em comunicação social. TSE, 2021.

UNESCO. *Redação sem discriminação: pequeno guia vocabular com dicas para evitar as armadilhas do sexismo na linguagem corrente*: tradução de Maria Angela Casellato, Rachel Holzacker, Juan Manuel Fernandez. São Paulo: Texto novo, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. *Plano de Desenvolvimento Institucional* [recurso eletrônico]: PDI 2021-2025 / Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: UFS, 2021. 407p.

VON MECHELN, Morgana Zardo; VIGANO, Samira de Moraes Maia. Corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. *Mandrágora*, v. 22, n. 2, p. 195-205.

Submetido em 15/05/2023
Aceito em 15/05/2023